

Álcool aumenta risco de demência mesmo em pequenas doses, revela pesquisa

MSN/CNN Brasil - História de Gabriela Cupani (28-04-26)



O consumo de álcool, mesmo em pequenas quantidades, está ligado a um aumento progressivo no risco de demência.

Um estudo publicado recentemente no periódico BMJ desafia a ideia de que doses moderadas poderiam proteger o cérebro. Ao combinar dados observacionais com análise genética de mais de 559 mil pessoas, os pesquisadores encontraram uma relação linear entre maior propensão ao alcoolismo e maior risco da doença — sem evidência de um nível seguro de consumo.

Após avaliar dados de dois grandes bancos de dados — o Million Veteran Program, dos Estados Unidos, e o Biobanco do Reino Unido —, os autores reuniram informações dos participantes com idades entre 56 e 72 anos. Diferentemente de estudos anteriores, baseados apenas em observação, o trabalho incorporou uma análise genética para investigar a predisposição tanto ao alcoolismo quanto à demência.

Os resultados indicam uma associação linear: quanto maior for a propensão ao consumo problemático de álcool, maior o risco de demência. Na prática, um aumento de duas vezes no risco de alcoolismo esteve ligado a uma elevação de 16% na probabilidade da doença neurodegenerativa. Esse achado contrasta com pesquisas anteriores que apontavam uma curva em “U”, na qual tanto abstêmios quanto grandes consumidores apresentariam maior risco, enquanto níveis moderados estariam associados a um possível efeito protetor.

“Sabe-se que o álcool é tóxico ao sistema nervoso central”, pontua o neurologista Augusto Penalva de Oliveira, do Einstein Hospital Israelita. E o estudo reforça o papel da vulnerabilidade individual. “Quem tinha tendência à bebida e à demência teve esse risco amplificado ao beber”, observa. No entanto, há ressalvas quanto à metodologia, como a falta de diversidade genética da amostra.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), não existe nível de ingestão alcoólica completamente seguro. A substância está associada a mais de 200 doenças e o risco varia conforme fatores como quantidade ingerida, frequência, idade, sexo, condições de saúde e contexto de consumo.

Escala 6x1: Motta anuncia deputados do PT e Republicanos como presidente e relator da comissão especial

Por Luiz Felipe Barbiéri, Paloma Rodrigues, g1 e TV Globo — Brasília - 28/04/2026 15h35

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta terça-feira (28) que os deputados Alencar Santana (PT-SP) e Leo Prates (Republicanos-BA) serão, respectivamente, o presidente e o relator da comissão especial que analisará propostas que preveem o fim da escala de trabalho 6x1 no Brasil.

O tema da redução de jornada de trabalho recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada

Propostas em debate

A comissão especial vai se debruçar sobre duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs):

um proposto pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) no ano passado, que prevê a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana, com prazo de 360 dias para entrada em vigor da nova regra;

a segunda PEC é de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e foi apresentada em 2019. O texto reduz a jornada de trabalho a 36 horas semanais, com prazo de 10 anos para entrada da norma em vigor.

Ambas propõem que a jornada não ultrapasse oito horas diárias.

Paralelamente, o governo Lula apresentou um projeto de lei na terça-feira (14) — instrumento diferente de uma PEC e que não altera a Constituição que prevê a redução do limite de jornada de trabalho semanal para 40 horas e reduz a escala de 6 para 5 dias de trabalho, com dois dias de descanso remunerado.

□ Atualmente, a jornada semanal máxima de trabalho é de 44 horas.

Próximos passos

Se aprovado na Comissão Especial, o tema terá de passar pelo plenário da Câmara antes de seguir ao Senado. Para a entrada em vigor, o fim da escala 6x1 também precisará do aval de senadores. Só assim, a norma poderá ser promulgada.

“Não há fechamento de data e cronograma. Cada presidente [da Câmara e do Senado] tem suas particularidades e lideranças. Todos precisam participar de um debate amplo como esse”, afirmou Motta».

Na avaliação de economistas, o debate no governo federal e no Congresso Nacional precisa ser acompanhado de discussões sobre ganhos de produtividade que, segundo eles, virão principalmente com o aumento da qualificação dos trabalhadores, inovação e investimentos em melhorias em infraestrutura e logística.

Nota do Jornal O Porto: A matéria acima é mais extensa, peguei trechos da reportagem.